Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Moraes, Michelle Lins de, 1983-

Uma perspetiva socioeconómica estrutural dos resultados das eleições brasileiras de 2022 : o caso dos senadores e dos deputados federais

http://hdl.handle.net/11067/6759
https://doi.org/10.34628/hjmh-g255

Metadados

Data de Publicação 2022

Resumo O principal objetivo deste trabalho é analisar os resultados da última eleição brasileira relativamente aos senadores e aos deputados federais eleitos, com base na abordagem denominada “capabilities”. A referida abordagem é utilizada pelas Nações Unidas e foi elaborada por investigadores como Amartya Sen (prémio Nobel). Neste sentido, o aspeto socioeconómico considerado é a geração e a distribuição de recursos económicos no território brasileiro. O desenvolvimento de uma investigação deste tipo ...

Palavras Chave Eleições - Brasil, Brasil - Condições económicas, Brasil - Condições sociais

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 06 (Julho-Dezembro 2022)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T03:35:20Z com informação proveniente do Repositório

Uma perspetiva socioeconómica estrutural dos resultados das eleições brasileiras de 2022: o caso dos senadores e dos deputados federais

Michelle Lins Moraes[1]

DOI: https://doi.org/10.34628/hjmh-g255

Resumo: O principal objetivo deste trabalho é analisar os resultados da última eleição brasileira relativamente aos senadores e aos deputados federais eleitos, com base na abordagem denominada "*capabilities*". A referida abordagem é utilizada pelas Nações Unidas e foi elaborada por investigadores como Amartya Sen (prémio Nobel). Neste sentido, o aspeto socioeconómico considerado é a geração e a distribuição de recursos económicos no território brasileiro. O desenvolvimento de uma investigação deste tipo é justificado do ponto de vista académico, dada a escassa produção que relaciona os resultados eleitorais e a condição de liberdade dos indivíduos, através de uma perspetiva estrutural, em países da América Latina.
Palavras-chave: Capabilities; Deputados federais; Distribuição de rendimento; Eleições brasileiras; Senadores.

Introdução

Segundo Furtado (2009), as análises sobre a América Latina devem transcender as tradicionais visões reducionistas e a aplicação indiscriminada de modelos elaborados com base em trajetórias de países desenvolvidos, e incluir a caracterização das estruturas socioeconómicas da região latino-americana, dos sujeitos e das formas como estes interagem. Segundo o autor, isso deve-se aos aspetos que condicionam o processo de difusão e a efetividade, no espaço e no tempo, das decisões. Neste sentido, o principal objetivo deste trabalho consistiu em analisar os resultados das últimas eleições brasileiras para senadores e deputados federais com base no conceito de liberdade inerente à abordagem denominada "*capabilities*", elaborada por investigadores como Amartya Sen (prémio Nobel). Quanto ao aspeto socioeconómico desta abordagem aqui considerado, o presente trabalho destacou um tipo de domínio de inclusão/exclusão pertencente ao campo da prática material e teórica que compõem a unidade dialética que constitui o todo social: o económico, mais especificamente; a geração e a distribuição de recursos económicos no Brasil.

O desenvolvimento de uma investigação deste tipo é justificado do ponto de vista académico, dada a escassa produção que relaciona os resultados eleitorais e a condição de liberdade dos indivíduos em países da América Latina.

Um país do futuro do pretérito?

A abordagem denominada "*capabilities*" é um dos principais conceitos presentes nas análises de desenvolvimento humano realizadas pela Organização das Nações Unidas. Nesta abordagem, o foco é a expansão das liberdades das pessoas, mais especificamente, a redução de aspetos como a miséria, a privação social, a intolerância e a atuação de governos repressivos (Sen, 2000).

Em termos práticos, trata-se do que as pessoas são capazes de fazer e ser, ou seja, das suas capacidades. Assim, a liberdade das pessoas está diretamente relacionada com as suas capacidades, inclusive as adquiridas, visto que a ampliação dessas capacidades também levaria a um aumento do nível de liberdade para escolher o que se quer ser e fazer (Robeyns, 2005). Neste contexto, a relevância da capacitação não só teria um valor em si, como também seria um dos principais meios para promover o desenvolvimento da organização socioeconómica de um território, inclusive, por meio da participação das pessoas em discussões públicas e nas escolhas políticas e, portanto, não se caracterizaria apenas na forma de melhoria do "capital (produtivo) humano", mas também como edificadora do próprio processo decisório.

Neste sentido, de acordo com a teoria da causação circular e acumulativa elaborada por outro prémio Nobel (Myrdal, 1957), durante o processo de desenvolvimento de uma sociedade, a modificação de uma variável, económica ou não económica (como os rendimentos e a participação política), leva à mudança de outras variáveis, económicas ou não económicas, de modo a que as mudanças secundárias tendam a reforçar a modificação primária, com efeitos análogos e posteriores na variável primária e assim por diante. Tais transformações podem se propagar a ponto de acelerar através de efeitos de difusão, ou dificultar através de efeitos de refluxo, o referido processo de desenvolvimento.

Em 1997, a coesão social foi definida na Europa como o resultado do "*whole of social processes which contribute to a sense of belonging amongst*

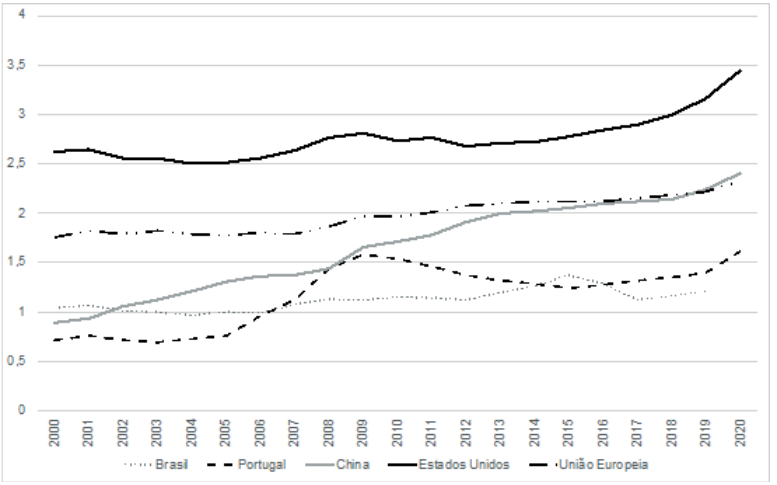
1 Universidade Lusíada e Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA)

individuals who also feel recognized as member of this community" (Commissariat Général du Plan, 1997 apud Koff, 2009, p. 17). Todavia, segundo a Comissão Económica para América Latina e o Caribe - comissão regional das Nações Unidas -, nesta região, o processo de coesão social resulta da "*capacidad de las instituciones para reducir de modo sustentable las brechas sociales con apoyo ciudadano (…) se ha empleado la noción de condiciones de apoyo, debido a que no es evidente por sí mismo que los acuerdos sociales requieran, para funcionar, consensos ciudadanos masivos; en rigor, es plausible que estos contratos sean "suscritos" por determinados grupos de interés (sobre todo los que hacen parte de las elites)*" (CEPAL, 2010, p. 190).

Por outro lado, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2010, p.73), "*in the end unequal societies - democratic or not - are societies where power is more concentrated in the hands of elites, so it is not surprising that economic and political institutions work in their favour. A study of attitudes towards education among Brazilian elites during the 1990s found that elites were often reluctant to broaden education opportunities on the grounds that educated workers would be more difficult to manage. Government policy-makers worried that a more expensive labour force would reduce the country's comparative advantage in labour-intensive goods. Such thinking impedes human development* (...)".

Nos últimos anos, a inovação reforçou o seu papel como um dos principais motores do desenvolvimento em todo o mundo. No caso dos países latino-americanos, estes "passam por uma evolução truncada: como sugere a literatura da economia da tecnologia, o progresso técnico é incremental (...). Sendo incremental, ele depende fundamentalmente da acumulação científico-tecnológica anterior. Enquanto o progresso técnico da Segunda Revolução Industrial permitia saltar à frente, operando por rupturas sem prévia acumulação técnico-científica, por se tratar de conhecimento difuso e universal, o novo conhecimento técnico-científico está trancado nas patentes, e não está disponível nas prateleiras do supermercado das inovações. E ele é descartável, efêmero (...). Essa combinação de descartabilidade, efemeridade e progresso incremental corta o passo às economias e sociedades que permanecem na rabeira do conhecimento técnico-científico. (...) Do ponto de vista da acumulação de capital, isto tem profundas consequências. A primeira e mais óbvia é que os países periféricos podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica" (Oliveira, 2003, p. 138-139).

Figura 1: Investimento em investigação e desenvolvimento (% do PIB)



Fonte: Banco Mundial

Quanto ao nível de investimento em investigação e desenvolvimento no mundo (Figura 1), é possível constatar o elevado nível de investimento dos Estados Unidos ao longo dos anos. Em 2021, o referido investimento correspondeu a 3,5% do Produto Interno Bruto do país. A União Europeia, que também aumentou o seu nível de investimento, foi, todavia, ultrapassada pela China em 2020. No caso do Brasil, este foi superado por Portugal. Além disso, entre 2000 e 2019, o Brasil foi o território que apresentou o menor incremento no âmbito deste tipo de investimento, caso comparado com os outros territórios considerados.

Em 2011, muitos estudos já alertavam para a "reprimarização" da pauta exportadora do Brasil, ou seja, para uma maior participação dos produtos primários - com menor intensidade tecnológica - nas exportações totais do país. Entre 2007 e 2010, a participação dos produtos primários - que geram menos valor agregado e apresentam, segundo muitos economistas, uma menor capacidade para desenvolver a economia - passou de 41% para 51%.

De acordo com o ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, o Brasil está se transformando num México e "ser México é tornar-se um maquilador e um montador de produtos de mais alta complexidade tecnológica" (IPEA, 2011, p.1).

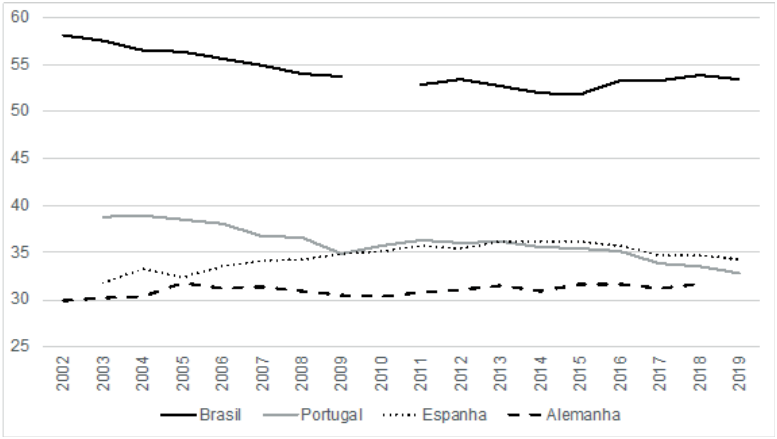
De acordo com os dados da World Trade Organization, em 2021, a soja correspondia a quase 40% das exportações agrícolas do Brasil. O país já é o segundo maior produtor de soja do mundo (Domingues e Berman, 2012). Atualmente, os maiores produtores de soja no Brasil são os Estados do Mato Grosso, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul. Os dois primeiros estão localizados na região Centro-Oeste e os dois último no Sul do Brasil. Além dos aspetos económicos, outras questões importantes relacionadas com o a produção de soja no Brasil, são a desflorestação da amazónia (Domingues e Berman, 2012) e a pressão para a flexibilização do uso de agrotóxicos no país.

Segundo a Agência do Senado (2022, p.1) "a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou nesta segunda-feira (19/12/2022) o relatório favorável do senador e presidente do colegiado, Acir Gurgacz (PDT-RO), ao chamado PL dos Agrotóxicos, que modifica as regras de aprovação e comercialização de agrotóxicos, produtos usados no setor agrícola para proteção e aumento das produções, mas que têm potencial de prejudicar a saúde humana e animal. O PL 1.459/2022 tramita no Congresso Nacional desde 1999. De autoria do então senador Blairo Maggi, que foi ministro da Agricultura, o texto segue agora para votação no Plenário do Senado, em regime de urgência".

A estrutura socioeconómica dos países incide no bem-estar das suas populações. Um dos indicadores elaborados pela Organização das Nações Unidas para medir o nível de bem-estar nos territórios é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O referido indicador é composto por três dimensões: esperança de vida à nascença, anos de escolaridade e rendimento nacional bruto per capita.

Em 2021, o Brasil apresentou um resultado geral considerado de alto desenvolvimento humano, mais especificamente, 0,754. O país ocupava a posição 87 entre as 191 nações consideradas. Entre 1990 e 2021, a variação do IDH do Brasil foi de 24%. Todavia, nos anos 2020 e 2021, o país apresentou uma redução do índice. A ONU passou a divulgar um indicador denominado IDH ajustado pela desigualdade na distribuição dos bem-estar dentro dos países. Em 2021, o IDH ajustado do Brasil foi de 0,576. A título de comparação, no mesmo ano, Portugal (38ª posição) apresentou um IDH e um IDH ajustado, respetivamente, de 0,866 e 0,773.

Figura 2: Índice de Gini

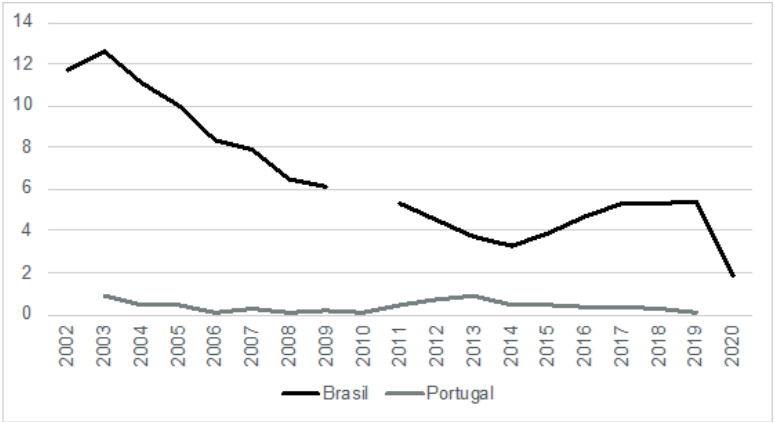


Fonte: Banco Mundial

Portanto, um dos principais problemas estruturais socioeconómicos do Brasil é o seu elevado nível de desigualdade na distribuição de bem-estar, inclusive em termos de rendimentos. Os dados do banco mundial (Figura 2) confirmam que, apesar da redução do índice de Gini apresentada pelo Brasil até 2014[23], a discrepância ainda é substancial, caso o país seja comparado com países como Portugal, Espanha e Alemanha. Em 2018, o índice de Gini do Brasil foi 54, enquanto nos países europeus mencionados, o resultado mais elevado foi 35 (Espanha).

A incidência de pobreza também diminuiu no Brasil até 2014 (Figura 3). Entre 2002 e 2019, a quantidade de pessoas que recebia até US$ 2,15 por dia passou de 11,7% para 1,9% da população total. Em Portugal, o referido índice foi de cerca de 0,1% em 2019. No caso do Brasil, um dos responsáveis pela redução da percentagem de pessoas abaixo da linha da pobreza foi o programa denominado "Bolsa Família", criado pelo governo Lula em 2003 (IPEA, 2019).

Figura 3: Índice de incidência de pobreza em US$ 2,15 por dia (PPC de 2017) (% da população)



Fonte: Banco Mundial

Segundo o Banco Mundial (2013, p.1), o sucesso do programa "motivou adaptações em quase 20 países, como Chile, México e outros países no mundo inteiro como Indonésia, África do Sul, Turquia e Marrocos. Mais recentemente, a cidade de Nova York anunciou o programa "Opportunity NYC", de transferência condicional de renda, modelado no Bolsa Família e no equivalente mexicano. Esta é uma das raras ocasiões em que um país desenvolvido está adotando e aprendendo com experiências do chamado mundo em desenvolvimento". De acordo com Soares e Terron (2008), a participação do Bolsa Família sobre a rendimento da população influenciou as configurações geoeleitorais no Brasil.

2 Segundo o Banco Mundial, o índice de Gini mede a assimetria em termos de distribuição de rendimento entre indivíduos ou famílias de uma economia. Um índice de Gini igual a 0 representa igualdade perfeita, enquanto um índice igual a 100 indica desigualdade perfeita.

3 Considera-se oportuno recordar do momento político polarizado que o Brasil viveu em 2014 e que levou ao impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016.

Figura 4: Valor corrente e posição relativa ao PIB per capita dos Estados Brasileiros

Fonte: IBGE

O elevado nível de assimetria também está presente na geração de riqueza entre as regiões brasileiras (Figura 4). Em 2020, os 8 territórios que apresentam um PIB per capita acima da média nacional estão localizados no Centro-Oeste, Sul ou Sudeste do país[4]. Entre 2002 e 2020, a alguns destes Estados melhoraram o seu resultado em relação à média brasileira. Em 2020, Distrito Federal, São Paulo e Mato Grosso alcançaram um PIB per capita, respetivamente, de 2,4, 1,4 e 1,4 vezes o resultado do país. Os 16 Estados que apresentaram os piores resultados são do Norte ou do Nordeste do Brasil. Contudo, a maior parte destes Estados melhorou a sua performance entre 2002 e 2020.

Quanto à distribuição da população, estima-se que, em 2021, o Brasil contava com cerca de 213 milhões de habitantes (Tabela 1). Em termos regionais, os territórios mais representativos eram o Sudeste e o Nordeste. Nestas regiões, os Estados com as maiores populações eram São Paulo (21,9%) e Bahia (7%). No caso do Maranhão, Estado com o pior PIB per capita em relação à média brasileira, este território acolhia cerca de 7 milhões de pessoas, o que representa 3,4% da população total do país.

Tabela 1: População Estimada (2021)

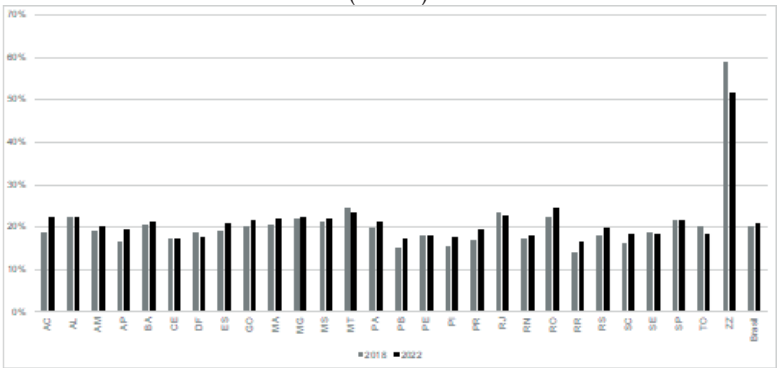
Estado	População	%	Estado	População	%
Acre	906.876	0,4%	Paraíba	4.059.905	1,9%
Alagoas	3.365.351	1,6%	Paraná	11.597.484	5,4%
Amapá	877.613	0,4%	Pernambuco	9.674.793	4,5%
Amazonas	4.269.995	2,0%	Piauí	3.289.290	1,5%
Bahia	14.985.284	7,0%	Rio de Janeiro	17.463.349	8,2%
Ceará	9.240.580	4,3%	Rio Grande do Norte	3.560.903	1,7%
Distrito Federal	3.094.325	1,5%	Rio Grande do Sul	11.466.630	5,4%
Espírito Santo	4.108.508	1,9%	Rondônia	1.815.278	0,9%
Goiás	7.206.589	3,4%	Roraima	652.713	0,3%
Maranhão	7.153.262	3,4%	Santa Catarina	7.338.473	3,4%
Mato Grosso	3.567.234	1,7%	São Paulo	46.649.132	21,9%
Mato Grande do Sul	2.839.188	1,3%	Sergipe	2.338.474	1,1%
Minas Gerais	21.411.923	10,0%	Tocantins	1.607.363	0,8%
Pará	8.777.124	4,1%	Brasil	213.317.639	100%

Fonte: IBGE

Resultados das eleições

Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil, entre as eleições de 2018 e 2022, o nível de abstenção do eleitorado brasileiro aumentou em 2 pontos percentuais (p.p.), passando de 19% para 21% (Figura 5). Três dos cinco Estados que apresentaram os maiores incrementos em termos de abstenção (3 p.p.) estão localizados nas regiões Norte do Brasil, nomeadamente, Amapá, Acre e Roraima. Por outro lado, a redução mais acentuada da abstenção ocorreu entre os eleitores que votaram fora do país (ZZ). A referida redução foi de cerca de 7 p.p.

Figura 5: Abstenção eleitores brasileiros nas eleições de 2018 e 2022 (em %)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral do Brasil

Nas próximas páginas deste trabalho, os resultados serão analisados com base na vinculação dos partidos aos candidatos presidenciais, mais especificamente, Jair Bolsonaro e Lula da Silva, dada a polariza-

4 Considera-se oportuno recordar que o número total de Unidades da Federação (UF) no Brasil é 27 e que, portanto, 19 UFs estão abaixo da média nacional.

ção do país e ao facto que, em geral, os Senadores e Deputados Federais não têm uma proposta eleitoral própria, assumindo o que é proposto a nível nacional pelos partidos nas suas candidaturas.

Segundo Barbosa (2018, p.21), num país que apresentou um nível de crescimento baixo nos últimos anos, "as principais conclusões da análise comparativa dos dois programas de governo são as seguintes: o programa de Lula não propõe instrumentos para tratar a crise fiscal brasileira; o programa de Bolsonaro reconhece o problema da crise fiscal, mas não especifica como resolvê-la; a estratégia de crescimento econômico de ambos os planos deixa a desejar, o programa de Bolsonaro acredita que o liberalismo fará brotar o investimento, o programa de Lula acha que o Estado quebrado será capaz de mobilizar recursos para a retomada do desenvolvimento; o programa de Lula supõe que a previdência social não é um problema e o programa de Bolsonaro pretende resolver o problema da previdência social criando um outro problema, um sistema misto com a introdução do sistema de capitalização."

Os resultados por Estado revelam a superioridade do PL, partido de Jair Bolsonaro, nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil (Tabela 2). Foram eleitos diretamente 6 senadores (Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo) e 2 através de coligações (Mato Grande do Sul e Rio Grande do Sul). O partido elegeu 2 senadores de forma direta noutras regiões (Rio Grande do Norte e Rondônia) e 1 senador de forma indireta no Norte (Amapá). No caso do PT, partido de Lula da Silva, todos os senadores são de Estados do Norte ou Nordeste do país: o partido elegeu 4 senadores diretamente (Ceará, Pará, Pernambuco e Piauí) e 4 através de coligações (Alagoas, Amazonas, Bahia e Maranhão). Considera-se oportuno ressaltar que, dos 8 senadores restantes, 4 pertenciam a partidos que apoiavam Jair Bolsonaro e 4 eram filiados a partidos que preferiram manter uma posição de neutralidade na disputa presidencial.

Tabela 2: Senadores eleitos por partido e por Estado (Eleições 2022)

Estado	Partido	Votos	Em coligação com	Apoio do partido
Acre	UNIÃO	154.312		Neutro
Alagoas	MDB	845.988	PT	Neutro
Amazonas	PSD	784.007	PT	Neutro
Amapá	UNIÃO	196.087	PL	Neutro
Bahia	PSD	4.218.333	PT	Neutro
Ceará	PT	3.389.513	PT	Lula
Distrito Federal	REPUBLICANOS	714.562		Bolsonaro
Espírito Santo	PL	821.189	PL	Bolsonaro
Goiás	PL	799.022	PL	Bolsonaro
Maranhão	PSB	2.125.811	PT	Lula
Minas Gerais	PSC	4.268.193		Bolsonaro
Mato Grande do Sul	PP	829.149	PL	Bolsonaro
Mato Grosso	PL	825.229	PL	Bolsonaro
Pará	PT	1.781.582	PT	Lula
Paraíba	UNIÃO	617.477		Neutro
Pernambuco	PT	2.061.276	PT	Lula
Piauí	PT	962.194	PT	Lula
Paraná	UNIÃO	1.953.188		Neutro
Rio de Janeiro	PL	2.384.331	PL	Bolsonaro
Rio Grande do Norte	PL	708.351	PL	Bolsonaro
Rondônia	PL	293.488	PL	Bolsonaro
Roraima	PP	118.760		Bolsonaro
Rio Grande do Sul	REPUBLICANOS	2.593.294	PL	Bolsonaro
Santa Catarina	PL	1.484.110	PL	Bolsonaro
Sergipe	PP	310.300		Bolsonaro
São Paulo	PL	10.714.913	PL	Bolsonaro
Tocantins	UNIÃO	395.408		Neutro

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral do Brasil

No caso dos Deputados Federais (Tabela 3), o PL elegeu diretamente 99 e o PT 69 candidatos. No caso das coligações, o PL não teve nenhum deputado eleito enquanto o PT obteve 12. Assim, o número total atribuído ao PL é 99 e ao PT 81. Dos 333 Deputados restantes, 93 candidatos são filiados a partidos que apoiaram Bolsonaro e 77 a partidos que apoiaram Lula, mas que não são os seus partidos nem estão nas coligações. Os outros 163 Deputados eleitos pertenciam a partidos que preferiram manter uma posição de neutralidade na disputa presidencial.

Tabela 3: Deputados Federais eleitos por partido (Eleições 2022)

Partido	Deputados Eleitos	%	Apoio do partido
AVANTE	7	1,4%	Lula
CIDADANIA	5	1,0%	Lula
MDB	42	8,2%	Neutro
NOVO	3	0,6%	Neutro
PATRIOTA	4	0,8%	Neutro
PC do B	6	1,2%	Lula
PDT	17	3,3%	Lula
PL	99	19,3%	Bolsonaro
PODE	12	2,3%	Neutro
PP	47	9,2%	Bolsonaro
PROS	3	0,6%	Lula
PSB	14	2,7%	Lula
PSC	6	1,2%	Bolsonaro
PSD	42	8,2%	Neutro
PSDB	13	2,5%	Lula

Partido	Deputados Eleitos	%	Apoio do partido
PSOL	12	2,3%	Lula
PT	69	13,5%	Lula
PTB	1	0,2%	Neutro
PV	6	1,2%	Lula
REDE	2	0,4%	Lula
REPUBLICANOS	40	7,8%	Bolsonaro
SOLIDARIEDADE	4	0,8%	Lula
UNIÃO	59	11,5%	Neutro
Total	513	100%	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral do Brasil

Com base na distribuição dos mandatos dos Deputados Federais por Região do Brasil (Tabela 4), é possível constatar que a proporção de mandatos atribuídos (in)diretamente aos partidos dos dois principais candidatos presidenciais não foi homogênea. Enquanto no Nordeste os partidos vinculados ao candidato do PT alcançaram 20% dos mandatos totais, o seu concorrente obteve 15%. Por outro lado, no Norte, região em que está localizada a Amazônia, o PL alcançou 17% contra 3% do PT.

Tabela 4: Deputados Federais eleitos por Região e por partido (Eleições 2022)

Região	Deputados eleitos	%	Região	Deputados eleitos	%
Centro-oeste	**41**		**Sudeste**	**179**	
MDB	5	12%	AVANTE	5	3%
PDT	1	2%	CIDADANIA	2	1%
PL	12	29%	MDB	9	5%
PP	3	7%	NOVO	1	1%
PSC	1	2%	PATRIOTA	3	2%
PSD	1	2%	PC do B	1	1%
PSDB	4	10%	PDT	3	2%
PT	5	12%	PL	40	22%
PV	1	2%	PODE	8	4%
REPUBLICANOS	4	10%	PP	12	7%
UNIÃO	4	10%	PROS	2	1%
Nordeste	**151**		PSB	4	2%
AVANTE	2	1%	PSC	2	1%
MDB	6	4%	PSD	11	6%
PATRIOTA	1	1%	PSDB	5	3%
PC do B	4	3%	PSOL	11	6%
PDT	8	5%	PT	28	16%
PL	23	15%	PTB	1	1%
PODE	2	1%	REDE	1	1%
PP	20	13%	REPUBLICANOS	12	7%
PSB	8	5%	SOLIDARIEDADE	3	2%
PSC	3	2%	UNIÃO	15	8%
PSD	15	10%	**Sul**	**77**	
PSDB	1	1%	CIDADANIA	2	3%
PT	21	14%	MDB	7	9%
PV	4	3%	NOVO	2	3%
REDE	1	1%	PC do B	1	1%
REPUBLICANOS	10	7%	PDT	2	3%
SOLIDARIEDADE	1	1%	PL	13	17%
UNIÃO	21	14%	PODE	2	3%
Norte	**65**		PP	7	9%
CIDADANIA	1	2%	PROS	1	1%
MDB	15	23%	PSB	2	3%
PDT	3	5%	PSD	10	13%
PL	11	17%	PSDB	3	4%
PP	5	8%	PSOL	1	1%
PSD	5	8%	PT	13	17%
PT	2	3%	PV	1	1%
REPUBLICANOS	10	15%	REPUBLICANOS	4	5%
UNIÃO	13	20%	UNIÃO	6	8%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral do Brasil

No Centro-Oeste, os resultados de PL e da coligação PT/PV foram, respetivamente, 29% e 14%. Na região Sudeste, os resultados de PL e da coligação PT/Pc do B foram, respetivamente, 22% e 17%. No Sul, os resultados de PL e da coligação PT/PV/Pc do B foram, respetivamente, 17% e 19%.

Assim, é possível verificar que, apesar da confirmação da supremacia de alguns partidos vinculados ao candidato presidencial Lula, em alguns territórios como no Nordeste, e no Centro-Oeste e Sudeste partidos vinculados ao candidato Bolsonaro, muitos dos deputados eleitos pertencem a uma bancada que se apresenta neutra à polaridade atualmente existente no Brasil.

Considerações finais

De acordo com a abordagem designada "*capabilities*", é importante que a liberdades dos indivíduos seja ampliada e que as assimetrias inerentes à referida liberdade sejam reduzidas. A redução de aspetos como a pobreza e a privação social, além da intolerância e a atuação de governos repressivos (Sen, 2000), é um ponto central da abordagem considerada.

A aplicação desta abordagem através de uma perspetiva estrutural no presente trabalho, indicou que, o Brasil apresenta sérias questões estruturais em termos de desigualdade na geração e distribuição de rendimentos e que isso tem impacto na configuração geoeleitoral do país.

Infelizmente o Brasil pode ser considerado uma nação do "futuro do pretérito" enquanto apresenta recursos que poderiam otimizar um desenvolvimento estrutural em direção de maiores níveis de valor agregado da sua produção, através, inclusive, da inovação.
O resultado disso é um país polarizado, ainda muito desigual, no qual propostas concretas de governo não são discutidas e os debates dos candidatos presidenciais são reduzidos a ofensas pessoais. Quanto à eleição de Senadores e Deputados Federais, estes, em geral, também não discutiram (nem mesmo apresentaram propostas concretas) e a eleição destes teve, em grande parte, como base a relação entre o candidato presidencial que apoiavam e a configuração socioeconómica territorial. Além disso, infelizmente, ainda predomina a eleição de Senadores e Deputados Federais oriunda do sobrenome que carregam (ratificando o poder das famílias que tradicionalmente estão no poder)[5] ou de um populismo de tipo Sérgio Mouro[6] e Tiririca[7]. Quanto ao futuro imperfeito? Se as coisas continuarem como foram nos últimos anos, com Lula e Bolsonaro, passar-se-á de república das bananas à república da soja transgénica com agrotóxico.

Referências bibliográficas

Agência do Senado do Brasil (2022). Aprovado na CRA, PL dos Agrotóxicos vai a Plenária. Agência Senado. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/19/aprovado-na-cra-pl-dos-agrotoxicos-vai-a-plenario

Banco Mundial (2013). Bolsa Família: Uma revolução silenciosa. https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2010/05/27/br-bolsa-familia
Barbosa, F. H. (2018). Os programas de Lula e Bolsonaro. Conjuntura Econômica.

Comissão Económica para América Latina e Caribe CEPAL (2010). *Una revisión de conceptos, marcos de referencia e indicadores*. ONU.

Domingues, M. S., & Berman, C. (2012). O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. Ambiente e Sociedade, 15(2). https://doi.org/10.1590/S1414-753X2012000200002

Furtado C. (2009), Economia do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Editora Contraponto.

Instituto de Pesquisa Económica Aplicada IPEA (2011). Exportações - O avanço das commodities. IPEA, 66. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2513:catid=28

Instituto de Pesquisa Económica Aplicada IPEA (2019). Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf
Koff, H. (2009). *Social cohesion in Europe and the Americas: power, time and space*. P. Lang.

Myrdal, G. (1957). *Economic Theory and Underdeveloped Regions*. Gerald Duckworth.

Oliveira, F. (2003). *Crítica à razão dualista: O ornitorrinno*. Boitempo.

Robeyns, I. (2005). The Capability Approach: a Theoretical Survey. London: *Journal of Human Development*, 6(1), 93-117.

Sen, A. K. (2000). *Development as Freedom*. Anchor.

Soares, G. A. D. & Terron, S. L. (2008), Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). Opinião Pública, 14(2), 269-301.

United Nations Development Programme UNDP (2010), The Real Wealth of Nations: Pathways to Human Development. ONU.

5 Um exemplo neste sentido é o do Senador eleito pelo Estado de Alagoas, José Renan Vasconcelos Calheiro Filho, filiado ao MDP, filho do ex-presidente do senado José Renan Vasconcelos Calheiro.

6 Sérgio Moro, ex-juiz envolvido na prisão de Lula da Silva e ex-ministro do governo de Jair Bolsonaro, foi eleito Senador pelo Estado do Paraná nas últimas eleições com 1.953.188 votos.

7 Francisco Everardo Tiririca Oliveira Silva, conhecido como o palhaço Tiririca (jargão "pior do que está não fica"), é filiado ao PL e foi eleito Deputado Federal pelo Estado de São Paulo nas últimas eleições.